



3171 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)  
GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

MEMÓRIAS DE MULHERES: A DITADURA MILITAR NA CIDADE DE BARREIRAS-BA  
Dilane de Souza Dias Leal - ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Aldimar Jacinto Duarte - UCG - Universidade Católica de Goiás

## **MEMÓRIAS DE MULHERES: A DITADURA MILITAR NA CIDADE DE BARREIRAS-BA**

### **RESUMO**

O presente estudo traz em seu bojo o período da ditadura militar em nível nacional e, em particular, o caso de Barreiras-BA, sob o olhar de cinco mulheres, sendo quatro professoras, que vivenciaram esse período na cidade. Fundamenta-se em autores que abordam sobre os estudos da História e Memória, como: Halbwachs (2006), Ricouer (2007) e Bosi (1994); Em Thompson (1992) que aborda sobre a História Oral e, Vieira (2014) que trata da questão da ditadura militar no Brasil. Conclui-se que o esquecimento se constituiu como estratégia eficaz no apagamento da memória em torno das atrocidades impetradas pelo regime militar, mesmo que os participantes da pesquisa, nesse caso, sejam em sua maioria, professoras aposentadas da rede pública de ensino.

Palavras-chave: Professoras, Memória, Ditadura Militar.

### **Introdução**

O presente texto se constitui como o resultado parcial de uma pesquisa maior intitulada *História e memória da ditadura militar: sentidos atribuídos por adultos e Jovens do município de Barreiras-BA*, conta com o relato de cinco mulheres adultas residentes no município, que vivenciaram o período da ditadura militar na Bahia. Atualmente, todas elas possuem mais de sessenta anos, sendo que quatro delas foram professoras e uma delas trabalhou no quartel do exército em Barreiras. Cabe lembrar, que o uso das falas foi autorizado por todas as participantes e seus nomes e identidades foram preservadas.

O município de Barreiras localiza-se no Oeste da Bahia, há 800 km da capital Salvador. Segundo os dados disponíveis pelo IBGE (2016), Barreiras possui uma população aproximada de 155.519 habitantes.

A ditadura militar implantada no Brasil em 1964 alcançou diversos municípios da Federação, desde os centros urbanos até municípios menores. Mobilizou uma grande parte dos brasileiros, que no contexto contou com a participação de várias mulheres.

Para realização desse trabalho os retratos biográficos foram relevantes, uma vez que as vozes dessas personagens foram fundamentais para construção do tema em discussão. Destaca-se que, atualmente a História Oral se tornou um aparato como preservação e reconstrução do passado ( THOMPSON,

1992).

## **A História e a memória na construção das identidades sociais**

Por reconhecer os quadros sociais como ponto de referência na evocação das lembranças, Maurice Halbwachs (2006) é considerado um precursor ao tratar a memória como fenômeno coletivo. Por levar em conta, o convívio do homem em sociedade, com toda abordagem política, econômica e social que permeia a vida do indivíduo num tempo e no espaço coletivo.

Nessa perspectiva o estudo da memória coletiva, torna-se sinônimo de manutenção da identidade de um povo, sem negar a fluidez do cotidiano, com todas as suas mudanças e transformações, pelo qual o homem está sujeito. Assim, um dos pontos explanados por ele, aponta a importância do coletivo, das lembranças como suporte essencial para refazer o caminho da memória. Segundo Halbwachs (2006, p.29): “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para contemplar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação [...]”.

Mesmo que portando uma consciência pessoal, a memória está alicerçada na memória coletiva, tendo em vista a sua capacidade de abrangência quanto aos aspectos da vida social. Cabe ressaltar que a partir das relações externas são formados os recortes subjetivos de cada ser humano. A memória individual ou pessoal, ainda que dotada de valores, ideias, costumes pessoais, são vivenciadas nos espaços de coletividade. Por isso ao discutir a formação das lembranças e as recordações do passado o suporte de lembranças externas, se faz necessário para a recomposição da memória. (Halbwachs, 2006, p.30).

A pesquisa de Halbwachs (2006) se constituiu como uma novidade nesse campo, ao atribuir relevância à voz de personagens anônimos engajados no fazer história e por isso tão importante quanto os grandes protagonistas oficiais. Considera ainda que as trajetórias de vida dos sujeitos anônimos desenharam uma nova forma de se pensar a história e seus métodos.

Tratando da problemática da memória como preservação do passado e conseqüentemente de construção da identidade de um povo, Paul Ricouer (2007), filósofo francês levantou a seguinte questão: Como preservar o passado diante do esquecimento?

Enquanto Halbwachs (2006) ressalta o caráter social da memória, Ricouer (2007) discute a relevância da recordação individual na composição da memória de cada indivíduo. Nesse sentido diante do dualismo memória e identidade o autor propõe a seguinte questão: “De fato, o que significa permanecer o mesmo através do tempo?” (Ricouer 2007, p.94).

Dessa forma, autor destacou em seu empreendimento como questão central o esquecimento. Para Ricouer (2007, p.456); “A falta excessiva de memória, de que se falou em outro lugar, pode ser classificada como esquecimento passivo, na medida em que pode aparecer como um déficit do trabalho de memória.” O ato de esquecer se configura uma fragilidade da memória e por isso uma ameaça à preservação da história, tendo em conta o apagamento de rastros e impressões históricas.

Comungando com as ideias de Halbwachs (2006) e Ricouer (2007), Ecléa Bosi (1994), compartilha com esses autores a importância da memória. Em suas pesquisas, identificou a memória como um importante elemento de reconstrução da história, sobretudo a memória de idosos. Em seu livro *Memória e Sociedade: Lembrança de velhos* traz a narrativa de alguns personagens idosos que foram responsáveis pela construção da cidade de São Paulo. A autora trouxe para o cerne de seus debates a História de Vida desses sujeitos, promovendo uma nova dimensão de leitura da realidade.

Considera que a sociedade tem sonogado desses indivíduos o valor de sua função social: a lembrança e o aconselhamento. Além disso, as lembranças dos velhos são suprimidas por meio da opressão, tendo em vista que as histórias de vida acabam sendo suplantadas por lembranças oficializadas.

Bosi (1994) ao considerar relevante a lembrança dos idosos, enxerga nessas trajetórias de vida um papel fundamental para construção da história social, por isso ultrapassa as barreiras do tempo, se revitaliza e se renova, podendo assim, resguardar o passado. Nesse caso, a história se torna patrimônio da memória, ao privilegiar esses personagens minoritários com suas vivências cotidianas atribuindo assim uma nova dimensão de historicidade.

Ao compreender as evocações do passado como subsídio da memória, a partir dessa análise, a autora considera que esse movimento de evocação, proporciona aos indivíduos reencontros consigo mesmo, com isso possibilita uma história mais humanizada, pois a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. (BOSI, 1994, p. 47).

Nessa perspectiva, trazer relatos e trajetória de vidas como fonte documental, reconhecendo a riqueza dessas fontes orais, potencializou o entendimento do que é documento e alargou as possibilidades de ratificar a história, abarcando todas as manifestações que permeiam a vida do homem.

## **2. A ditadura Militar no Brasil**

Os fatos que antecederam o golpe militar de 1964 indicavam a tomada do controle da nação pelas Forças armadas. O desdobramento político ocorrido entre o governo Jânio Quadros e João Goulart já apontava o prenúncio do golpe.

O receio que o comunismo fincasse suas raízes na política nacional provocou uma tomada brusca no poder, assim, com o aval da classe média, de empresários, banqueiros e grandes latifundiários, o controle administrativo do país migrou para um grupo cívico militar. (VIEIRA, 2014).

Dessa forma, por um período de vinte e um anos ininterrupto, o comando nacional passou a ser presidida por pessoas ligadas diretamente à cúpula militar, foram eles: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Arthur da Costa e Silva (1967 a 1969), Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), Ernesto Geisel (1974 a 1979) e João Batista Figueiredo (1979 a 1984).

Os comandantes implantaram uma série de medidas, anunciando o que viria a ser o empreendimento coercitivo do estado. No fragor do golpe as estratégias da junta para edificar o regime surgiram de várias formas, como foi o caso de algumas prisões de estudantes ligadas a União dos Estudantes, cassação e destituição de cargos políticos, fechamento de jornais e atividades sindicais.

A fim de legitimar e estabelecer o comando das Forças Armadas nasceu o AI-1, em 09 de abril, um plano impetrado pelo estado, que trazia em seu bojo, um pacote de documento certificando as ideologias da nova direção política. Então as práticas operadas pelo governo de suspensão do *habeas corpus*, controle do Poder Judiciário, delimitação para as ações do Poder legislativo e ampliação do Poder executivo, a partir do Ato institucional o decreto se tornou legal. Segundo Germano (2011): “O AI-1 assegurava ao poder executivo, introduzir emendas na Constituição; liberdade para legislar nas finanças, orçamento e também poder de decretar Estado de Sítio”.

Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974) foi o terceiro presidente general a tomar posse. O período em que governou foi considerado o mais ostensivo, pois oprimiu de forma mais agressiva os seus opositores, nesse ínterim, a tortura as prisões arbitrárias e os assassinatos se tornaram procedimentos constantes de sua gestão.

Nesse contexto repressivo, alguns grupos de enfrentamento passaram a atuar na clandestinidade, com isso nasceram às guerrilhas. A maior parte de seus componentes foram perseguidos políticos, grupos como Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) entre outras, foram importantes opositores à ditadura militar. Uma das mais conhecidas lutas de resistência contra o Regime foi a Guerrilha do Araguaia, em uma região pertencente ao estado do Tocantins, pelo qual passa o Rio Araguaia.

Da mesma forma que o destino dos irmãos Dourado foi selado nas mãos do estado opressivo, essa sentença se repetiu sobre a vida de muitos brasileiros, o rastro deixado pela ditadura militar imprimiu feridas abertas em muitas famílias, por isso é fundamental que a memória dessas vítimas sejam sempre lembradas, para que conjunturas semelhantes a essa não retorne jamais.

## **3. O Regime militar em Barreiras: memórias de cinco mulheres**

A Bahia também foi alcançada pela repressão, portanto assim como em outros lugares do país, a instalação militar contou com o apoio das camadas mais abastadas da sociedade, sobretudo das mulheres. Essa realidade ficou clara na fala da adulta Iara (Entrevista 26/09/2016) [...] “Então na década de sessenta aqui no Brasil, houve uma movimentação muito grande pra se impor aqui no Brasil o sistema comunista [...] uma coisa que só gera desgraça guerra”. Inclusive uma das primeiras mobilizações organizadas na Bahia contra as Reformas de Base propostas por João Goulart foi articulada pelas mulheres soteropolitanas. O governo ditatorial se estendeu também a municípios pequenos, propagando a política de segurança nacional, em que os habitantes de Barreiras sentiram os resultados do controle de estado monitorado pelos militares, porém de forma particular.

No dia 12 de maio de 1972 o município recebeu a 1ª Companhia de Engenharia de Construção do Piauí, de Crateús-CE. A companhia militar chegou à localidade trazendo consigo mais de cinco mil pessoas, inclusive militares e civis.

Sobre a vinda do 4º BEC afirma Pinheiro e Pitta (2012, p. 36): “Chegando à cidade, não havia estrutura para receber os novos moradores. Barracas foram montadas em frente ao antigo Matadouro para abrigar a maioria dos imigrantes”.

De acordo com as autoras, para a população barreirense as transformações proporcionadas pela equipe do quartel, sobretudo na área da construção civil, trouxeram melhorias para a população, a partir disso, ficou evidente o sentido de satisfação que esse povo atribuiu à corporação. Para o cidadão barreirense a instituição militar foi sinônimo de progresso.

Ao falar acerca dos militares, Iara (entrevistada dia 26/09/2016) relata:

O 4º BEC veio pra cá na intenção do governo de fazer as estradas, porque a cidade com esse Cerrado tão grande de 10 milhões de hectares precisava ter a estrada pra Brasília. Barreiras, com a potencialidade que tem, porque aqui ao redor com tantas cidades precisava ter sua estrada pra Salvador. Então eles vieram pra cá e houve, assim de modo geral, uma receptividade muito boa, eles chegaram aqui e logo começaram, alugaram casas e empresas também, ofereceram casas sem cobrar.

Outra mulher, Margarete (15/07/2016) que nessa época era professora da rede estadual de educação, também esboça a sua concepção de contentamento quanto à chegada do 4º BEC, da seguinte forma:

A chegada do BEC aqui em Barreiras foi um impacto muito forte que entrou e muita melhoria e emprego para muita gente. Além dos que vieram, empregaram os que aqui já moravam. Então foi um impacto muito forte onde o progresso [...] À medida que fizeram essa rodovia, ali deu emprego pra muita gente e vieram para cá muita etnia diferenciada, veio japonês, veio cearense, veio tudo.

Para essas mulheres a cidade apresentava um lugar de difícil acesso, sem condição física de se chegar à capital, onde faltava pavimentação, transporte, rodovias e escolas. A cidade era praticamente isolada. E os soldados do BEC disponibilizaram o seu maquinário e material humano a serviço da Prefeitura Municipal e assim iniciaram muitas obras.

Nesse sentido, Lúcia entrevista dia 27/07/2016 comentou: “Sim, havia saldos para se comemorar, tanto de um lado como do outro”. Certamente o “saldo positivo” no qual a entrevistada se refere, seja em detrimento das construções ofertadas pelo exército na comunidade.

Ainda que diante do contexto repressivo pelo qual o país estava sujeito, em Barreiras a referência destinada aos militares por essas personagens expressam uma visão atípica do que representou os militares em outros lugares. Mesmo diante do desaparecimento dos irmãos Dourados, um acontecimento que abalou a cidade, mesmo assim o reconhecimento destinado aos militares permaneceu. Lembra Jerusa ao falar dos meninos que foram seus colegas e morreram no Araguaia (entrevista dia 10/09/2016):

[...] ouvi dizer que ele participou pra lá dessa guerrilha no Araguaia, disse que ele morreu lá e eu fiquei assim, até sentida, porque era colega, era uma turma tão unida assim da 4ª Série ginásial, tudo era tão, era tão gostosa aquela turma.

José Dourado e Nelson Dourado morreram no Araguaia, esses irmãos se engajaram na guerrilha por conta do cenário instalado no país, como tanto outros brasileiros que tiveram seus direitos violados, José que era funcionário da Petrobras, teve seu cargo suspenso e passou a viver de forma clandestina, tendo como opção a luta armada, mas esses movimentos foram estereotipados por uma parte da população como ação terrorista, no testemunho de Lara é possível identificar essa situação (entrevista 09/06/2017): “Então o que aconteceu, esses jovens continuaram a fazer movimentos começaram fazer movimentos violentos, onde eles iam pra bancos com revólver [...]”.

Lara, era bem próxima aos irmãos, sabiam que não se tratava de pessoas terroristas, no entanto comungando com a ideia de desfigurar quem se posicionasse contrário ao golpe, muitos brasileiros definiram a luta armada como um movimento criminoso. Um quadro muito comum na ditadura militar, além das pessoas perderem seus direitos, elas perdiam sua dignidade.

Todos esses acontecimentos trágicos, envolvendo dois cidadãos barreirenses foram sufocados diante da ideia que quartel trazia benefícios para a cidade. Ainda que satisfeitos com esses benefícios, houve uma mudança na dinâmica dos habitantes, porque por mais que houvesse uma relação aparentemente cordial entre comunidade e militares, o clima de vigilância e apreensão foi sentido por parte de alguns moradores.

Foi o que esboçou a entrevistada Ana Laura ao relatar um episódio que presenciou no Batalhão militar quando em um dia comum de trabalho a secretária presenciou a chegada de alguns jovens que foram levados até o quartel para prestarem depoimento:

[...] Certo dia eu presenciei um carro, uns carros chegando lá com vários jovens daqui da cidade, daquela época, da jovem guarda né, lá no 4º BEC e esses jovens foram levados para essa sala, para serem interrogados, agora eu não sei o que houve lá dentro, que tipo de interrogatório eu não sei, só sei que eles foram levados para lá, ficaram detidos, [...] . (Entrevista dia 15/08/16)

Essa atmosfera de vigilância é possível ser identificada também no relato de Jerusa após a chegada do quartel em Barreiras (entrevista 10/09/2016): “Senti na pele eu sei que as pessoas parecem que ficavam mais delimitadas, não sei se era medo de falar alguma coisa que ultrapassasse aquilo e fosse chamada no BEC [...]” Então mesmo diante da transformação da cidade, os moradores passaram a viver em um clima de vigilância imposto pela política nacional.

Embora os resultados da conjuntura militar viabilizassem um contexto autoritário de caráter violento, inclusive nas falas são identificados o clima de vigilância e medo que alcançou os habitantes locais e o desaparecimento dos irmãos Dourado, inclusive o lamento da morte dos meninos aparece esboçado na fala de uma entrevistada, as referências que elas trazem em relação aos militares imprimem o reconhecimento das ações concretizadas pelo grupo em Barreiras, no entanto a complexidade do sistema cruel imposto na ditadura militar, em nível nacional foi suplantada por conta da história local.

## **ConSIDERAções FINAIS**

A ditadura militar de 1964 produziu uma conjuntura constituída sobre práticas repressivas e autoritárias, em consequência disso, muitos brasileiros tiveram suas vidas interrompidas, ou perderam suas identidades devido a política imposta pelo governo. Um momento semelhante a esse não poderá ser esquecido.

A Bahia foi alcançada por esse momento de ruptura com a democracia, sentiu o aparelhamento de coerção do governo, mas o caso de Barreiras é provável que se diferencie de outros locais, em virtude da instalação do 4º BEC na cidade. As falas das mulheres pesquisadas ora trazem em seu bojo aprovação a conjuntura de 1964, ora trazem relatos de controle e vigilância na cidade a partir da vinda dos militares pra Barreiras e por isso causando certo desconforto aos moradores, mas de uma forma geral, nenhuma delas se posicionam contrárias ao golpe.

Em relação à militância dos irmãos Dourado em favor do retorno a democracia no país a adulta Lara (entrevista 09/06/2017) reconhece a luta e o ideal dos meninos: “A minha admiração por eles é a

capacidade deles de irem lutar por uma coisa em que eles acreditavam. E assim eles morreram". Porém o que os soldados da construção civil edificaram na cidade neutralizou o outro lado da história.

De fato, o município sofreu melhorias com as modificações do BEC, porém o apagamento do que foi a ditadura militar no país em 1964 se torna um perigo para as presentes e futuras gerações.

## Referências

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964- 1985)**.4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Paris, França: *Presses Universitaires de France*, 2006.

PINHEIRO, João Paulo; PITTA, Ignez Almeida. **No cerrado entre o malho e o fuzil: o Exército brasileiro no oeste baiano**. Barreiras, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, Evaldo. **Ditadura militar 1964-1985: momentos da República brasileira**. São Paulo: Cortez, 2014.